



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS

## Governo Serra quer demitir 2.200 trabalhadores da Sabesp

### FNU entra no Fórum de entidades para barrar as demissões

O modelo neoliberal imposto pelo governo tucano de FHC implantou um processo nefasto de privatizações sem precedentes na nossa História, diversos setores da nossa economia foram entregues ao capital privado e especulativo. Nesta época uma série de direitos trabalhistas e previdenciários foram usurpados da classe trabalhadora, onde podemos citar caso da aposentadoria especial dos eletricitários, que até hoje é objeto de luta da Federação Nacional dos Urbanitários para sua retomada.

Hoje, o projeto neoliberal entreguista derrotado nas duas eleições de Lula, ressurgiu com todo vigor no Estado de São Paulo através de seu governador José Serra, que não esconde seu desejo implementar uma política de privatizações. Como sabemos o primeiro passo desse processo é a demissão de trabalhadores, por isso a Sabesp anunciou que pretende demitir 2.200 trabalhadores da empresa que já estão aposentados pelo INSS, mas que continuam em exercendo atividades essenciais para o atendimento à população.

O chamado TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) apresentado pelo Ministério Público Estadual, através do promotor Silvio Marques, com a concordância e participação direta do Governador, afirma uma suposta inconstitucionalidade na acumulação de proventos de aposentadoria e vencimentos. O que para nós é um erro crasso, já que os trabalhadores da Sabesp são contratados

em regime de CLT, ou seja, são celetistas e não estatutários, fato que os impede de obterem uma série de benefícios. Além disso, a empresa pertence à administração pública indireta e seu capital se constitui como sociedade anônima.

A FNU entende que este é um momento de extrema gravidade, o que está em jogo além da vida de 2.200 trabalhadores e de seus familiares, é o início de um processo maior de privatizações em todo Estado de São Paulo, que poderá ter reflexos até mesmo em outras empresas de saneamento no país.

A FNU entende que este é um momento de extrema gravidade, o que está em jogo além da vida de 2.200 trabalhadores e de seus familiares, é o início de um processo maior de privatizações em todo Estado de São Paulo, que poderá ter reflexos até mesmo em outras empresas de saneamento no país.

Para fortalecer a luta dos trabalhadores através do seu acúmulo de experiências, a FNU participou, através da presença do seu presidente José Eduardo de Campos Siqueira, da assembléia que definiu os rumos da luta dos trabalhadores, e se uniu ao Fórum de Entidades juntamente com o Sindicato dos Engenheiros, Sintios, Sindicato dos Advogados, AESABESP, AAPS, ADMSABESP, APU, ASSOCIAÇÃO SABESP e Sintaema com objetivo maior de lutar para que nenhum trabalhador seja demitido.

---

# O desmonte das empresas públicas é uma política de estado do governo Serra

---

Para a FNU está claro que o TAC está ligado ao projeto maior de desmonte das empresas patrocinado pelo Governador, que na sua ambição desmedida de postular a presidência necessita do apoio do empresariado que representa os conglomerados transnacionais interessados no controle das empresas de saneamento, especialmente da água, o bem mais valioso que existe.

Para quem não se lembra em 2008 o governo tentou vender a CTEEP, mas a luta dos trabalhadores através de ações judiciais, mobilizações de rua e greves conseguiu evitar a sua entrega ao capital privado.

O Sintaema acredita que esta é a hora da unidade, por isso é fundamental a presença da FNU, que através da sua experiência nas lutas pelo setor de energia e saneamento, poderá contribuir em muito para impedir a demissão dos trabalhadores.

Segundo René Vicente, presidente do Sintaema, é fundamental neste momento união de todos. “Com a formação da comissão retirada dos representantes do fórum, na qual a FNU está inserida, vamos mostrar ao Ministério Público Estadual o erro que está sendo cometido, caso não sejamos atendidos em nossos pleitos vamos nos mobilizar e até mesmo realizar greve reivindicando os nossos direitos”, disse.

Consideramos que caso não haja um avanço nas discussões com o Ministério Público Estadual, o instrumento da greve será importante para pressionar o poder judiciário e o Governo do Estado. Com esta atitude vamos alertar a população que os serviços prestados pela Sabesp vão ser duramente afetados, pois pelo que está previsto em muitas estações de 10 funcionários que atuam ali diariamente em turnos variados 6 poderão ser demitidos sumariamente através do TAC.

A FNU Através do fórum de entidades está disposta a lutar até as ultimas conseqüências para barrar estas demissões. Na assembléia realizada no dia 21 de janeiro na sede do Sintaema os trabalhadores aprovaram as seguintes deliberações: Permissão para a entrada de ações jurídicas na forma de substitutivo processual; formação de uma comissão de representantes dos(as) trabalhadores(as), indicada pelo Fórum das Entidades, que vai se reunir com o promotor do Ministério Público Estadual e com a Promotoria do Estado e Estado de assembléia permanente. Conclamamos todos sindicatos filiados a participarem desta luta, que não é somente dos trabalhadores da Sabesp, mas de todos aqueles que acreditam em um Estado forte presente na nossa economia, especialmente em setores estratégicos como o de saneamento.

---

## Consultoria jurídica da FNU afirma que demissões são ilegais

---

De acordo com o escritório Marcus Neves Advocacia um dos mais conceituados no ramo sindical, o ato de desligamento de empregados aposentados, até pouco tempo gerava grande controvérsia na jurisprudência de nossos tribunais, onde se questionava a aposentadoria era ou não causa de extinção do contrato de trabalho.

Todavia, o STF, intérprete máximo da Constituição, ao considerar inconstitucionais os §§ 1º e 2º, do art. 453, da CLT, deixou claro que a aposentadoria não seria causa do término do vínculo de emprego e em

várias decisões recentes pacificou a questão nesse sentido.

Desta forma, em outubro de 2006 o TST cancelou a Orientação Jurisprudencial 177, passando a decidir de forma unânime sob o mesmo entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF. Assim, diante do entendimento consolidado na jurisprudência, a dispensa de trabalhadores motivada pelo critério de aposentadoria, pode ser considerada ou o pagamento de todas as verbas decorrentes da dispensa ilegal.